

A expansão dos interesses mercantis do Recife (PE – Brasil) nos “sertões de fora”: Uma análise a partir da trajetória do coronel João de Barros Braga na capitania do Siará Grande

Gabriel Parente Nogueira

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza - Ceará - Brasil

parentenogueira@gmail.com

Resumo: O final do século XVII e o início do século XVIII compreendem um período de grandes transformações na América portuguesa que, em Pernambuco e regiões sob sua influência, foi marcado pelas guerras relacionadas ao processo de expansão da pecuária e pelo forte antagonismo regional entre segmentos associados aos interesses da tradicional elite açucareira de Pernambuco e a emergente elite mercantil do Recife. Este artigo¹ tem como principal objetivo analisar o processo de conquista dos sertões pelo avanço da pecuária tomando como referência o conflito entre elite açucareira e elite mercantil de Pernambuco. Objetivando perceber o avanço dos interesses da elite mercantil no processo de expansão da pecuária na capitania do Siará Grande, a discussão toma como principal referência de análise as redes de relações estabelecidas em meio a este processo pelo coronel João de Barros Braga, sujeito de grande destaque na capitania do Siará Grande em meio à conjuntura das guerras de conquista.

Palavras-chave: Elite Mercantil. Pecuária. Capitania do Siará Grande.

Introdução

O meio século que se estende entre o último quartel do século XVII e o primeiro do século XVIII é um período marcado por profundas transformações na América portuguesa, dentre as quais se destaca a expansão das fronteiras de povoamento do território para o interior do continente a partir de impulsos que, em grande medida, tiveram como fundamentação econômica o avanço da pecuária e da mineração, o que promoveu uma reconfiguração das bases de ocupação portuguesa na América que, até meados do século XVII, encontravam-se fundamentalmente concentradas em algumas faixas ao longo do litoral. Acerca das descobertas de importantes reservas de ouro nas porções centrais do continente a partir do final do século XVII, destaca-se que, além de

¹ Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo do curso do Doutorado em História Social na Universidade Federal do Ceará que contou com o auxílio financeiro da Capes.

ter se configurado como um importante fator na promoção de um amplo processo de interiorização do povoamento, o ouro estimulou a articulação entre múltiplas regiões da colônia ao fomentar o comércio entre as novas regiões de mineração com uma ampla gama de espaços, como foi o caso das zonas de pecuária que, à mesma época, expandiam-se nas porções setentrionais do Estado do Brasil; de forma que as descobertas do ouro podem ser entendidas como um fator de impulso à formação da maior e mais antiga dentre as grandes regiões de criatório da América portuguesa.

Em trabalho no qual desenvolveu uma ampla análise acerca da economia colonial, Caio Prado Júnior (2011) denominou como “Sertões do Norte” o vasto território que, *grosso modo*, encontra-se delimitado pelos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, cuja ocupação e efetiva incorporação aos domínios portugueses foram, em grande medida, pautadas pelo avanço das fronteiras da pecuária por meio de frentes de expansão que tiveram como principais referenciais de origem e fomento as regiões do litoral açucareiro das capitanias da Bahia e de Pernambuco, pois foram destas áreas que partiram grande parte do financiamento, das pessoas e dos rebanhos responsáveis pela formação desta ampla região voltada à economia do criatório.

Sobre o processo de formação dos Sertões do Norte, há que se ressaltar que esta se deu de forma gradual e iniciou-se com base nas ações de frentes de conquista com origens na região do recôncavo baiano e seus arredores que se utilizaram do vale do rio São Francisco como um importante eixo de interiorização. À medida que avançavam para o interior, subindo o curso do rio São Francisco, foram sendo estabelecidos núcleos de criatório às margens do dito rio e, em meio a este processo, estas frentes de expansão alcançaram a bacia do Parnaíba que foi acessada pelo interior a partir das cabeceiras de alguns dos mais importantes afluentes do rio Parnaíba, como: o Piauí, o Canindé e o Poti. Foi com base neste processo de interiorização que grande parte dos núcleos de criatório estabelecidos na bacia do São Francisco e importantes parcelas do território do Piauí formaram uma região de criatório marcada pela manutenção de fortes vínculos com Salvador e o recôncavo baiano que, além de serem os principais destinos de grande parte dos rebanhos criados no espaço de pecuária destacado, também eram centros de referência do comércio de gado para outros espaços – como as regiões de mineração –, já que muitos dos senhores de terras do vasto espaço de criatório conquistado a partir

das frentes de expansão baianas tinham, no início do século XVIII, suas principais bases estabelecidas em Salvador e na região do recôncavo².

Se a expansão da pecuária baiana iniciou-se em meados do século XVII e tomou como principal eixo de interiorização o rio São Francisco, o processo de interiorização da pecuária movido a partir da ação de sujeitos estabelecidos na região do litoral açucareiro de Pernambuco e capitanias vizinhas ganhou impulso no último quartel do século XVII e caracterizou-se por uma forte concentração de suas ações na conquista dos vales dos rios de menor curso que desaguam no litoral situado entre a foz do São Francisco e o delta do Paranaíba; rios estes que foram conquistados a partir de um processo de interiorização que foi precedido pela conquista do litoral, de onde partiram frentes que gradualmente foram subindo seus vales, ocupando-os com núcleos de criatório. O resultado do processo indicado foi a formação de uma região de pecuária fortemente marcada pela influência do litoral açucareiro de Pernambuco e capitanias vizinhas que, por corresponder à parcela dos Sertões do Norte que encontrava-se mais “aberta” para o litoral, foi denominada por Capistrano de Abreu (2000) como “sertões de fora”, em contraposição à região de criatório formada a partir das ações das frentes baianas que, por ser comparativamente mais interiorizada no território, foi denominada como “sertões de dentro”.³

Destacados os dois principais eixos pelos quais se deram os processos de interiorização que foram responsáveis pela formação dos Sertões do Norte e apontados os vínculos preferencialmente estabelecidos por parcelas desta importante região de pecuária com alguns dos principais centros da colônia, é preciso ressaltar que o avanço das fronteiras do criatório sobre espaço indicado foi marcado, em termos gerais, por uma ampla confrontação com as populações nativas que ocupavam a região, o que deu margem à emergência de uma série de conflitos envolvendo a conquista do território que, coletivamente, ficaram conhecidos como “Guerra dos Bárbaros”. Acerca destes conflitos, ressaltamos que os confrontos que neles se deram não se restringiram aos embates entre as frentes conquistadoras e as populações indígenas que habitavam a

² Sobre os laços da região de criatório conquistada a partir das frentes de expansão baiana com a cidade de Salvador e a região do recôncavo, destaca-se que no final do século XVII e início do século XVIII os dois principais senhores de terras no Piauí eram Domingos Afonso Mafrense e Garcia D’Ávila Pereira, ambos com fortes bases estabelecidas em Salvador, sendo o último, também, senhor da Casa da Torre e de vastas possessões de terras voltadas ao criatório na região do vale do São Francisco.

³ Nas palavras de Capistrano de Abreu (2000, p. 156): “Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoava-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana”.

região, pois, em meio a estes eventos, também se deram múltiplos confrontos entre os agentes que atuaram em favor do avanço das fronteiras da pecuária, confrontos que, em grande medida, tinham como base as disputas pelo acesso à terra e à mão de obra cativa de índios apresados. Baseada nestes aspectos, Maria Idalina da Cruz Pires (1990, p. 91-92) indicou que a “Guerra dos Bárbaros”, mais do que um conjunto de confrontos entre colonos e indígenas motivados pelo avanço das fronteiras da pecuária: “[...] pode ser entendida como um cenário onde se tornam claras as relações conflituosas de poder. É aquilo que Serafim Leite chamou de ‘guerra branca’, onde os grupos se confrontam tentando, cada um, impor o seu projeto em detrimento dos outros”.

Dentre os trabalhos que se dedicaram a discutir a “Guerra dos Bárbaros”, o estudo desenvolvido por Pedro Puntoni (2002) corresponde a uma das mais importantes contribuições da historiografia contemporânea e nele o autor conferiu especial destaque à análise de um dos mais longos e sangrentos de seus episódios: a “Guerra do Açú”. Conforme Pedro Puntoni, “Guerra do Açú” é a denominação atribuída a um conjunto de conflitos ocorridos entre as décadas de 1680 e 1720 relacionados à conquista e à efetiva incorporação às malhas do império português do território situado entre os vales dos rios Açú e Jaguaribe: uma importante parcela dos “sertões de fora” que, em meio à Guerra do Açú, viria a ser dividida entre as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Siará Grande.

Considerando os aspectos ressaltados por Idalina Pires (1990) acerca da natureza múltipla dos conflitos que marcaram a denominada “Guerra dos Bárbaros”, entende-se como relevante destacar que: se uma importante parcela dos agentes que atuaram na promoção da Guerra do Açú tratava-se de sujeitos com bases fortemente estabelecidas no litoral açucareiro de Pernambuco e capitanias vizinhas, ou em áreas de criatório fortemente vinculadas a esta região (como era o caso da capitania do Rio Grande do Norte); esta mesma região encontrava-se marcada por uma ampla e crescente rivalidade entre dois grandes segmentos sociais no contexto em que a Guerra do Açú se desenvolveu. Entre o final do século XVII e início do século XVIII, as relações de poder em Pernambuco e capitanias vizinhas encontravam-se fortemente pautadas por antagonismos que, regionalmente, dividiram a sociedade em duas grandes parcialidades formadas por sujeitos e grupos identificados, de um lado, com os interesses da elite açucareira da região e, de outro, com os interesses do segmento mercantil do Recife. Nas últimas décadas do século XVII, estas duas parcialidades vivenciaram um processo de crescente acirramento de seus antagonismos que tinha como fundamento a ascensão

econômica de membros das parcelas mais destacadas da comunidade mercantil do Recife que, no campo político, repercutiu na confrontação de integrantes da elite do setor mercantil com a tradicional elite açucareira da região pelo acesso a postos de destaque em instituições de poder local.⁴

Na medida em que o conflito entre “mazombos” e “mascates”⁵ é geralmente associado às “Alterações de Pernambuco” – forma como ficaram conhecidas à época as insurreições desencadeadas pela elevação do Recife à categoria de vila, que mobilizaram Pernambuco no início da década de 1710 e foram fortemente movidas pelo antagonismo entre as duas parcialidades – e que Evaldo Cabral de Mello (2003) destacou que estes conflitos do início do século XVIII tratam-se da culminância de um processo de acirramento dos embates entre estas duas parcialidades cujas origens remontam a meados do século XVII, mas que tenderam a agravar-se nas últimas décadas do século; entendemos que estes antagonismos encontravam-se fortemente postos nos conflitos pela conquista dos sertões que, no mesmo contexto, processavam-se na região disputada em meio à “Guerra do Açú”.

Mascates e Mazombos na Guerra do Açú: algumas considerações historiográficas

Ao considerarmos que as guerras de conquista responsáveis pela formação dos Sertões do Norte foram fortemente marcadas pelo confronto entre agentes que atuaram neste processo em favor do avanço das fronteiras da pecuária, as análises acerca da

⁴ Considerando o emprego do conceito de elite neste artigo, entendemos como relevante tecer algumas considerações referentes a discussões desenvolvidas ao longo das últimas décadas que deram margem à emergência de uma “nova história das elites”. Fugindo das antigas concepções sobre elite, baseadas em perspectivas tradicionais acerca do poder, a “nova história das elites”, conforme destacou Antônio Manuel Hespanha (2012), encontra-se embasada em concepções analíticas que deram margem a uma ampliação e, até mesmo, a um certo “esgarçamento” deste conceito; mudanças que se encontram diretamente associadas às transformações referentes ao conceito de “poder”. Conforme Hespanha (2012, p. 70): “[...] a nova história do poder tem destacado como as geometrias políticas variam com a escala de observação: como uma geometria observável a um nível macro não se reproduz, tal qual, a um nível micro. Antes aí pode aparecer completamente invertida. Tudo isso não pode ter consequências só no plano da história do poder. Tem que as ter também no plano da história das elites”. Com base nas observações levantadas por Hespanha, destaca-se que o emprego do conceito de elite que se faz ao longo desta discussão, longe de encontrar-se fundado em uma perspectiva estanque, que associa o poder exclusivamente à dimensão institucional, é, antes de tudo, empregado com base em uma perspectiva de natureza histórico-relacional entre os sujeitos e os grupos sociais em análise. Para um maior aprofundamento acerca do emprego do conceito de elite na historiografia contemporânea relativa ao período colonial, ver: BICALHO, 2005. p.73-97.

⁵ Em meio ao contexto de conflito vivenciado em Pernambuco, “Mazombos” e “Mascates” correspondiam a formas pejorativas como os membros de uma parcialidade denominavam os integrantes da parcialidade rival.

Guerra do Açú geralmente conferem amplo destaque aos embates que ocorreram entre grupos vinculados, de uma parte, aos interesses da elite açucareira de Pernambuco e capitânicas vizinhas, e, de outra, aos paulistas contratados no final do século XVII pelo Governo Geral na Bahia para atuarem na região. Em razão da intensificação na década de 1680 dos levantes indígenas no território situado entre as bacias dos rios Açú e Jaguaribe, levantes estes que passaram a ameaçar o controle português na região, foram organizadas localmente forças com o objetivo de combater os índios revoltosos e garantir o controle e reocupação dos territórios conflagrados. Após o fracasso no final da década de 1680 de ações desenvolvidas pelas forças locais, que em grande medida encontravam-se associadas aos interesses da elite açucareira da região, o Governador Geral, visando pôr fim às ameaças e impor seus interesses sobre este conflito, buscou o auxílio de tropas paulistas que atuavam na região dos “sertões de dentro”. O recurso às tropas paulistas, contudo, deu margem à emergência de disputas em meio às quais as elites locais atuaram fortemente contra a presença dos paulistas, que eram vistos, pelas ditas elites, como uma ameaça a seus interesses sobre os territórios em disputa.

Na análise que desenvolveu sobre a Guerra do Açú, Pedro Puntoni (2002) conferiu grande destaque aos embates entre as forças locais que representavam os interesses da elite açucareira no avanço da pecuária sobre os Sertões do Norte e o terço dos paulistas que foi criado pelo Governador Geral. Conforme Puntoni, estes embates integram uma série de conflitos vivenciados àquela época na colônia que foram marcados pela tônica do antagonismo entre “locais” e “adventícios”, o que levou o autor a associar a “Guerra do Açú” a outros conflitos contemporâneos, como a “Guerra dos Emboabas” e os embates entre mazombos e mascates, que era fortemente permeado pelo antagonismo entre o “mascate reinol” e o “mazombo natural da terra”. Mesmo que relacione a Guerra do Açú ao contexto de rivalidades em que ela se insere, destacando assim o conflito entre mazombos e mascates em Pernambuco, Puntoni defendeu que o recurso à presença dos paulistas na Guerra do Açú por parte do Governo Geral teria promovido uma associação entre mazombos e mascates que, a despeito de suas rivalidades em Pernambuco, teriam se aliado nas guerras de conquista dos sertões em prol do combate a uma ameaça comum, representada pelos paulistas. A despeito de sugerir a existência de uma aliança entre mazombos e mascates em meio à Guerra do Açú, o trabalho de Puntoni, (bem como outros que se voltaram a discutir este episódio da “Guerra dos Bárbaros”) pouco destaque confere à atuação dos interesses do setor mercantil do Recife nas guerras de conquista dos sertões, algo digno de questionamento se considerarmos que os conflitos entre

mazombos e mascates em Pernambuco, conforme Evaldo Cabral de Mello (2003, p. 141), refletiam um: “[...] antagonismo hegemônico, na medida em que tendeu a subordinar todas as demais rivalidades da capitania”.

Ao se destacar que a Guerra do Açu se desenvolveu à mesma época em que se deram o acirramento e a conflagração dos antagonismos entre mazombos e mascates; que os processos de conquista responsáveis pela formação dos Sertões do Norte se processaram “[...] de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões” (SANTOS, 2010, p. 24-25); e que o entendimento dessas “[...] diferenças entre os grupos colonizadores é decisivo para a compreensão do processo de ocupação luso-brasileira dos sertões do nordeste da América portuguesa” (SANTOS, 2010, p.24-25); acreditamos que a Guerra do Açu, longe de corresponder a um conflito em que se deu uma associação de interesses entre mascates e mazombos, tenha se tratado de uma importante base para o acirramento dos conflitos entre estes dois grupos e que as guerras pela conquista dos sertões possa, ainda, ter correspondido a uma das bases para o fortalecimento dos interesses mascatais no contexto em análise. Com base nas considerações indicadas, buscaremos, na sequência deste artigo, ressaltar a promoção dos interesses mascatais em meio à Guerra do Açu por intermédio de uma análise na qual tomaremos como principal base de discussão a trajetória e as redes de relações estabelecidas face à conjuntura das guerras de conquista por um importante potentado da capitania do Siará Grande no início do século XVIII: o coronel João de Barros Braga.

João de Barros Braga: um representante dos interesses mascatais no processo de avanço da pecuária na capitania do Siará Grande

Em estudo sobre o processo de conquista dos sertões da capitania do Siará Grande, no qual toma como referência de análise a formação de uma elite sesmarial na dita capitania entre o final do século XVII e início do XVIII, Rafael Ricarte da Silva (2016) desenvolveu uma compilação de dados acerca das sesmarias concedidas pelos capitães-mores da capitania do Siará Grande que nos serve como base para algumas reflexões relativas ao processo de avanço das fronteiras da pecuária sobre esta importante parcela dos “sertões de fora”. Instituto com origens no medievo português, mas adaptado em sua adoção na colônia, a sesmaria tratava-se de um importante instrumento de controle e legalização do acesso à terra na América portuguesa, o que faz com que as cartas de sesmarias se configurem como um importante referencial para

a análise sobre o avanço de frentes de expansão em algumas regiões. Mesmo que entendamos que a concessão de sesmarias nem sempre repercutia na efetiva ocupação das terras pedidas e que as terras concedidas em sesmarias não necessariamente reflitam os efetivos limites da ocupação colonial de um território em um momento específico, a análise de um conjunto de cartas de sesmarias nos possibilita refletir acerca de algumas dinâmicas relativas ao processo de ocupação de uma dada região em momentos específicos.

Com base nos números de sesmarias doadas pelos capitães-mores do Siará Grande entre os anos de 1679 e 1720 disponíveis no quadro 01, percebe-se que após o início das concessões na capitania, no ano de 1679, a distribuição de sesmaria se fez em número relativamente restrito na primeira metade da década de 1680, reduzindo-se nos últimos anos do século XVII; o que entendemos justificar-se pelo contexto marcado regionalmente pelos levantes indígenas que deram início à “Guerra do Açú”. Os dados apresentados no quadro 01 também nos possibilitam identificar que na primeira década do século XVIII se deu uma ampla retomada destas concessões, especialmente a partir do governo de Jorge de Barros Leite, concessões estas que se ampliam no governo de João da Mota e atingiram seu ápice no governo de Gabriel da Silva Lago.

Quadro 01: Sesmarias concedidas por capitães-mores do Siará Grande

Data-Limite	Nome	Quantidade
1679-1682	Sebastião de Sá	016
1682-1683	Bento de Macedo de Faria	009
1689-1693	Tomás Cabral de Olival	007
1694	Fernão Carrilho	003
1702	Francisco Gil Ribeiro	007
1703-1704	Jorge de Barros Leite	036
1705	João da Mota	037
1706-1710	Gabriel da Silva Lago	230
1711-1713	Francisco Duarte de Vasconcelos	014
1714	Plácido de Azevedo Falcão	008
1716-1718	Manoel da Fonseca Jaime	102
1718-1720	Salvador Álvares da Silva	050
	Total	519

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponíveis em: SILVA, 2016, p. 168

Entendendo que a concessão de sesmarias conferia aos capitães-mores o poder de regulação do acesso à terra e que isto correspondia a uma das principais bases de disputas entre os grupos que atuaram na Guerra do Açú, a identificação de fortes vínculos de João da Mota e Gabriel da Silva Lago com a parcialidade mascatal do Recife nos leva ao entendimento de que a ampla concessão de sesmarias na capitania do Siará Grande no

início do século XVIII guarde estreita relação com os conflitos entre mazombos e mascates em Pernambuco – que atingiria seu ápice nos levantes do início da década de 1710 – e represente o avanço dos interesses do partido mascatal sobre os “sertões de fora”, de modo que, no início do século XVIII, a capitania do Siará Grande teria se tornado uma importante base para a expansão dos interesses da comunidade mercantil do Recife nos sertões do criatório.

Na medida em que os vínculos de Gabriel da Silva Lago com a parcialidade mascatal podem ser claramente identificados por seu casamento com Ana de Almeida Catanho – filha de Joaquim de Almeida, homem de negócio, eleito como camarista da primeira vereança da câmara do Recife e deposto juntamente com os demais oficiais da câmara na insurreição mazomba de 1710⁶ – a associação de João da Mota com o segmento mercantil do Recife é identificada por meio de sua atuação como uma das principais lideranças da reação movida no ano de 1711 pela parcialidade mascatal contra a situação vigente em Pernambuco após o levante mazombo no ano anterior⁷. As estreitas relações mantidas por estes dois sujeitos com o partido mascatal – especialmente quando vistas à luz da forte polarização entre as parcialidades em disputa – nos levam a deduzir que estes laços possam ter refletido em um favorecimento à expansão dos interesses da comunidade mercantil do Recife nos sertões da capitania do Siará Grande à época em que estes dois sujeitos ocuparam o posto de comando da dita capitania; favorecimento que teria se dado, entre outras vias, por meio de seus poderes como reguladores do acesso à terra através da concessão de sesmarias.

Uma vez que os laços dos dois capitães-mores com o partido mascatal nos levam a deduzir que, na concessão de sesmarias, ambos atuaram em favor da promoção dos interesses da comunidade mercantil do Recife, este entendimento é reforçado por meio da análise das redes de relações estabelecidas pelo coronel João de Barros Braga no que se refere às sesmarias recebidas por aquele que, além de ter sido um dos sesmeiros que maior número de concessões recebeu na capitania, foi uma das figuras de maior proeminência da elite terra-tenente que se forma na capitania do Siará Grande no

⁶ A eleição de Joaquim de Almeida na primeira vereança da câmara do Recife indica seu destaque em meio à comunidade mercantil de Pernambuco, o que demonstra as boas relações entre Gabriel da Silva Lago e a elite mercantil do Recife. Se não nos foi possível identificar quando se deu o casamento de Gabriel da Silva Lago, o cenário de polarização na capitania de Pernambuco nos leva a entender que, mesmo que esta união tenha ocorrido após os levantes da década de 1710, Gabriel da Silva Lago já manteria vínculos com a elite mercantil do Recife à época em que comandou a capitania do Siará Grande, vínculos que se mostram fortes na medida em que, no ano de 1719, Gabriel da Silva Lago foi vereador na câmara do Recife, cuja criação, poucos anos antes, deflagrara a revolta mazomba. Ver: SOUZA, 2015.

⁷ Sobre a ação de João da Mota em favor da parcialidade mascatal, ver: MELLO, 2003, p.215-470.

contexto das guerras de conquista; aspectos estes que nos levam a entendê-lo como um importante referencial para a análise da correlação de forças e interesses que atuavam na capitania do Siará Grande em meio à Guerra do Açú.

Por meio de uma análise da trajetória de João de Barros Braga, identifica-se que seu estabelecimento no Siará Grande remonta ao final do século XVII, época em que deu início a sua atuação no processo de conquista dos sertões, a qual o transformaria em uma das figuras de maior poder na capitania no começo do século XVIII. O início das ações de João de Barros Braga no Siará Grande é possível de ser remontado à prestação de apoio que concedeu ao padre oratoriano João da Costa na organização do aldeamento dos índios paiacu no Jaguaribe, pois, conforme João de Barros Braga, no ano de 1696:

[...] se valeu da sua pessoa o missionário o padre João da Costa para aldear o gentio Paiacu achando-o rebelde com os moradores que com temor daquele gentio fugiam para o domesticar, o ajudou e amparou e para se fazerem as pazes levou os tapuias ao Ceará sustentando quase todos em sua casa, entregando-lhe roças inteiras e matando-lhes rezes, conduzindo depois com gente ao dito padre, buscando todo o necessário para ornamento da igreja (ALVEAL; OLIVEIRA, 2016, p.150).

Dessa forma, sabemos que, no final do século XVII, João de Barros Braga já se encontrava estabelecido na capitania do Siará Grande, onde tinha terras nas quais os índios paiacu foram concentrados para o estabelecimento de alianças que garantiriam seu aldeamento na região do rio Jaguaribe sob o comando do padre João da Costa, elementos que expressam os laços mantidos entre João de Barros Braga e o padre oratoriano que, anos mais tarde, seria um dos mentores da reação mascatal nas Alterações de Pernambuco⁸. Na sequência do aldeamento dos índios paiacu, a expansão de influência de João de Barros Braga sobre a região do rio Jaguaribe, na fase inicial da intensificação do processo de conquista da região, também se evidencia por ações desenvolvidas no presídio de São Francisco Xavier, levantado no baixo Jaguaribe para conferir proteção aos colonos da região. Devido avarias decorrentes de chuvas, o dito presídio foi reformado no ano de 1698 pela ação e financiamento de João de Barros Braga que, no ano seguinte, financiou e atuou no levantamento de um arraial e uma igreja em suas proximidades (ALVEAL; OLIVEIRA, 2016, p.150-151).

Os serviços acima indicados foram recompensados com o provimento de João de Barros Braga no posto de capitão da cavalaria de Ordenança do distrito da ribeira do

⁸ A congregação do Oratório, da qual o Pe. João da Costa veio a se tornar líder em Pernambuco no início do século XVIII, vivenciou ao longo do último quartel do século XVII disputas internas que, conforme Evaldo Cabral de Mello (2003), relacionam-se com os antagonismos entre mazombos e mascates. Sobre estas disputas e a associação do Pe. João da Costa com os interesses mascatais, ver: MELLO, 2003.

Jaguaribe, no qual foi confirmado pelo rei em carta patente passada a 02 de setembro de 1699 e, na sequência, em seu provimento no posto de coronel de cavalaria da ribeira do Jaguaribe, cuja carta patente, passada a 30 de abril de 1703, confirmava-lhe no posto da máxima autoridade das forças de natureza auxiliar que atuavam na ribeira do Jaguaribe. As altas patentes com as quais João de Barros Braga foi investido e a grande quantidade de terras que recebeu em sesmarias indicam o lugar de proeminência ocupado por este sujeito na capitania do Siará Grande entre o final do século XVII e o início do XVIII, o que nos leva a entender que as relações por ele estabelecidas no contexto das guerras de conquista dos sertões configurem-se como um importante referencial para identificação da correlação de forças entre “mazombos” e “mascates” no que se refere às disputas pelo acesso a terras na capitania do Siará Grande no início do século XVIII.⁹

Conforme levantamento dos registros de sesmarias, nos foi possível identificar que, entre os anos de 1700 e 1722, João de Barros Braga foi beneficiário de um total de 13 concessões, o que fez dele um dos sesmeiros que mais terras recebeu na capitania do Siará Grande¹⁰. Baseado em dados referentes às sesmarias concedidas a João de Barros Braga, elaboramos o quadro 02 por meio do qual nos propomos a desenvolver uma análise acerca das alianças estabelecidas por este sujeito que – ao considerarmos o contexto de acirramento do conflito entre mazombos e mascates na primeira década do século XVIII – nos levam a entender que sua atuação no contexto da expansão das fronteiras da pecuária na capitania do Siará Grande se deu em favor da promoção dos interesses da parcialidade mascatal na região. Na análise do quadro com os dados referentes às cartas de sesmarias concedidas a João de Barros Braga, salta aos olhos o fato de que 07 das 13 sesmarias por ele recebidas correspondem a terras a ele doadas (em um período de pouco mais de um ano) pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago e que estas 07 sesmarias – à exceção da última dentre aquelas por ele recebidas – foram os únicos pedidos que João de Barros Braga fez em parceria com outros requerentes.

⁹ Para as cartas patentes passadas pelo rei que confirmaram a concessão das duas patentes a João de Barros Braga, ver: APEC. Coleção Professor Limério Moreira da Rocha, p. 118-119; e p.167-168.

¹⁰ Dentre os sesmeiros que receberam terras na capitania do Siará Grande, João de Barros Braga foi superado no número de sesmarias recebida apenas por: Lourenço Alves Feitosa (que recebeu 22) e José Bernardo Uchoa (que recebeu 14).

Quadro 02: Dados referentes às sesmarias recebidas por João de Barros Braga na capitania do Siará Grande (1700-1722)

	Requerente(s)	Data da concessão e Autoridade que concedeu	Região da sesmaria
01	João de Barros Braga	29/10/1700 X	Rio do Bonhu (atual Palhano)
02	João de Barros Braga	16/08/1702 Fernando Mascarenhas de Lencastro Gov. Pernambuco	Rio Acaraú
03	João de Barros Braga	15/07/1704 Jorge de Barros Leite Cap.Mor Siará Grande	Rio Quixeré
04	Rodrigo do Lago João de Barros Braga Antonio Pereira da Cunha (Cap.) Dominhos Pereira da Silva (Cel.) Leonardo de Sá (Cel.) Cosme Pereira Façanha, Pedro de Souza (Cap.) Gaspar de Souza Maria Pereira da Silva Gregório de Figueiredo Simão Ferreira Frei Manuel de São Gonçalo (Prior de NS do Carmo de Goiana) Serafim Dias Antonio José da Cunha	16/06/1706 Gabriel da Silva Lago Cap.Mor Siará Grande	Riacho dos Porcos
05	Maria Pereira da Silva Cosme Pereira Façanha (Almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco) João de Barros Braga (Cel.)	13/07/1706 Gabriel da Silva Lago Cap.Mor Siará Grande	Rios Curu, Banabuiu e sobras do Jaguaribe
06	José do Vale de Abreu João de Barros Braga (Cel.) Catarina Ferreira de Viveiros Domingos da Costa de Araújo (Cap. Mor)	14/10/1706 Gabriel da Silva Lago Cap.Mor Siará Grande	Rio Quixeramobim
07	João de Barros Braga (Cel.) Maria Pereira da Silva Serafim Dias José Rodrigues de Carvalho José do Vale de Abreu Antonio Pereira Façanha Cosme Pereira Façanha (Almox. da Fazenda Real de Pernambuco)	12/10/1706 Gabriel da Silva Lago Cap.Mor Siará Grande	Rio Banabuiu
08	José do Vale de Abreu João de Barros Braga (Cel.)	12/10/1706 Gabriel da Silva Lago Cap.Mor Siará Grande	Rio Quixeramobim
09	Rodrigo da Costa de Araújo (Cap.) Dona Catarina do Lago Francisco Alberto João de Barros Braga (Cel.) João de Almeida	13/11/1706 Gabriel da Silva Lago Cap.Mor Siará Grande	Da costa para o sertão entre o rio Acaraú e Parnaíba

10	João de Barros Braga (Cel.) como herdeiro de seu filho Timóteo do Vale Estevão de Souza Palhano João da Costa Silva João da Costa Monteiro (Sarg. Mor)	09/07/1707 Gabriel da Silva Lago Cap. Mor Siará Grande	Rio do Bonhu (atual Palhano)
11	João de Barros Braga (Cel.)	26/05/1716 Manuel da Fonseca Jaime Cap. Mor Siará Grande	Rio e Serra de Quixeré Baixo Jaguaribe
12	João de Barros Braga	25/06/1722 Manuel Francês Cap. Mor Siará Grande	Riacho do Sangue Médio Jaguaribe
13	João de Barros Braga (Cel.) Domingos Alves Esteves (Ten. Cel.)	28/07/1722 Manuel Francês Cap. Mor Siará Grande	Serras do Icó Ribeira do Jaguaribe

Fonte: Livros de Datas de Sesmarias do Ceará¹¹.

Nessa perspectiva, ao relacionarmos as fortes associações do capitão-mor Gabriel da Silva Lago com a comunidade mascatal do Recife ao entendimento de que os pedidos coletivos de terras correspondem à indicação de vínculos de associação entre os requerentes, entendemos que a identificação de alguns dos sujeitos que solicitaram terras em parceria com João de Barros Braga corresponde a uma importante base para a identificação de parcela dos interesses representados pelo dito coronel em meio à conjuntura de disputas por terras que marcou o processo de formação territorial da capitania do Siará Grande no contexto da Guerra do Açú. Sobre os companheiros de pedido das sesmarias de João de Barros Braga à época do governo do capitão-mor Gabriel da Silva Lago, identifica-se alguns sujeitos que, a despeito da falta de dados mais concretos, supomos que fossem parentes do dito capitão-mor, sendo eles: Rodrigo do Lago, que em junho de 1706 encabeçou um pedido de sesmarias secundado por João de Barros Braga na região do riacho dos Porcos, afluente do rio Salgado; e Dona Catarina do Lago, que em novembro de 1706 solicitou terras em parceria com João de Barros Braga em uma região imprecisa, situada próxima ao litoral entre os rios Acaraú e Parnaíba. Os sobrenomes dos dois sujeitos destacados sugerem que ambos fossem parentes do capitão-mor, laços que, sendo confirmados, indicariam que a parceria entre Gabriel da Silva Lago e João de Barros Braga (claramente expressa na grande

¹¹ 01 e 02 encontram-se disponíveis na plataforma SILB sob as referências: "CE 0316" e "CE0033". Ver: <http://www.silb.cchla.ufrn.br>. Os dados referentes às demais foram coletados nos livros de Datas de Sesmarias do Ceará sob os seguintes números de registro e volume da coleção: 03 Nº 17. Vol.10; 04 Nº 105. Vol.02, 05 Nº 178. Vol.03; 06 Nº 166. Vol.03; 07 Nº 167. Vol.03; 08 Nº 168. Vol.03; 09 Nº 172. Vol.03; 10 Nº 236. Vol.04; 11 Nº 33. Vol.10; 12 Nº 30. Vol.11; 13 Nº 44. Vol.11. Ver: Datas de Sesmarias do Ceará e Índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928 (Org.). Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media. 2006.

quantidade de terras concedida pelo capitão-mor ao coronel), também se expressaria em parcerias no acesso a terras doadas a parentes do capitão-mor do Siará Grande.

Entre os parceiros de João de Barros Braga também se identifica Cosme Pereira Façanha, que na capitania do Siará Grande recebeu três sortes de terras em pedidos de sesmaria feitos em parceria com João de Barros Braga. Entre os anos de 1706 e 1709, Cosme Pereira Façanha foi almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco, cargo que, entre outras funções, conferia-lhe o poder de controle sobre rendas arrecadadas e efeitos armazenados pela Fazenda Real de Pernambuco. A importância do cargo exercido por Cosme Pereira Façanha à época em que Gabriel da Silva Lago esteve à frente do comando da capitania do Siará Grande, certamente, foi de grande relevância nas relações por ele estabelecidas com o capitão-mor e com João de Barros Braga, relações que repercutiram na sua inserção (e de membros de sua família) como sesmeiro na capitania do Siará Grande.¹² Entre os familiares de Cosme Pereira Façanha que foram beneficiados com terras por Gabriel da Silva Lago, em pedidos feitos em parceria com o coronel João de Barros Braga, encontram-se seus filhos: Maria Pereira da Silva (que recebeu 03 sortes de terras) e Antonio Pereira da Cunha. Destaca-se ainda Serafim Dias que, por ser casado com Inácia Pereira da Silva – e ter solicitado 02 sortes de terras em parceria com João de Barros Braga, Cosme Pereira Façanha e Maria Pereira da Silva –, Rafael Ricarte da Silva (2010) supõe tratar-se de genro de Cosme Pereira Façanha¹³.

Segundo Francisco Augusto de Araújo Lima (2016, p. 1089), a esposa de João de Barros Braga – que se chamaria Serafina Fernandes e sobre a qual não nos foi possível levantar outras referências – seria da família Pereira Façanha, o que evidenciaria que as relações de João de Barros Braga com família do almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco, em parte, seriam justificadas por seus laços de parentesco com este grupo familiar. A importância das relações familiares no acesso a terras também se expressa no caso de João de Barros Braga em um dos pedidos por ele feito em nome de seu falecido filho, Timóteo do Vale, que entendemos se tratar da renovação de uma solicitação

¹² Sobre Cosme Pereira Façanha ocupar o posto de almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco, ver: 1710, julho, 10, Recife CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João do Rego Barros, ao rei [D. João VI], sobre o envio das relações das caixas [de açúcar] que se venderam por conta dos contratos dos dízimos reais e das não recebidas e, também, do envio da relação do rendimento dos contratos da dita capitania, referente ao tempo do almoxarife Cosme Pereira Façanha. Anexos: 4 docs. AHU_CU_015, Cx. 24, D. 2163.

¹³ Além dos nomes destacados, ressalta-se também o sesmeiro Antonio Pereira Façanha, que a despeito da não identificação do nível de parentesco com Cosme Pereira Façanha é claramente mais um dos membros desta família a ter recebido terras no Siará Grande em parceria com João de Barros Braga. Sobre os laços de parentesco dos sesmeiros destacados, ver: SILVA, 2010.

previamente feita. A indicação do sobrenome de seu filho “Vale” nos leva a supor ainda que José do Vale de Abreu, companheiro de João de Barros Braga em 03 pedidos de sesmarias na região da bacia do Banabuiú, poderia se tratar de outro filho do coronel, o que associado às demais sortes de terras recebidas por João de Barros Braga e membros da família de sua esposa indica que o governo de Gabriel da Silva Lago constituiu-se como um período que favoreceu a ampliação e a concentração de uma grande quantidade de terras nas mãos de João de Barros Braga e de sua parentela.

Ressaltado o peso das relações familiares nas parcerias desenvolvidas por João de Barros Braga para o acesso a terras na capitania do Siará Grande, durante o governo do capitão-mor Gabriel da Silva Lago, a identificação de alguns dos outros parceiros do coronel no pedido de sesmarias demonstram, de forma clara, que, em meio ao contexto de antagonismos entre mazombos e mascates que movimentaram Pernambuco entre o final do século XVII e o início do XVIII, João de Barros Braga encontrava-se fortemente associado aos interesses da parcialidade mascatal, pois entre seus companheiros de pedidos encontram-se sujeitos que integraram a comunidade mercantil do Recife ou que a ela se associaram no contexto do conflito contra os mazombos, como foi o caso dos frades carmelitas do convento de Goiana na capitania de Itamaracá.

Entre os requerentes do pedido de sesmaria feito por João de Barros Braga no riacho dos Porcos encontrava-se o frei Manuel de São Gonçalo, prior do convento de N. Sra. do Carmo da Reforma de Goiana. Considerando o contexto de amplo antagonismo entre mascates e mazombos, Evaldo Cabral de Mello (2003) destacou que muitas ordens religiosas que se distribuía ao longo do espaço de influência de Pernambuco tomaram partido ou dividiram-se entre o apoio a uma ou outra parcialidade em contenda, o que foi o caso da Ordem carmelita da província de Pernambuco, que se encontrava previamente dividida em função do apoio ou recusa à adoção de um novo estatuto para a ordem, conhecido como Reforma Turônica. Acerca da implantação no início do último quartel do século XVII desta reforma na província carmelita de Pernambuco – formada pelas bases da Ordem do Carmo em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba –, Pereira da Costa (1976, p. 36) indicou que para a implantação do novo estatuto foram enviados de Lisboa no ano de 1677: “[...] os padres Fr. João de São José, Fr. Cristovão de Cristo, Fr. Manuel da Assunção e Fr. Ângelo de S. José, trazendo o primeiro a patente de prior do convento de Santo Alberto da Vila de Goiana” e que a reforma proposta pela adoção do novo estatuto não foi adotada por toda a comunidade da província carmelita de Pernambuco, pois: “[...] as casas conventuais de Olinda e Nazaré do Cabo absolutamente não a

adotaram e a do Recife teria também feito o mesmo se não se visse forçado a ceder” (COSTA, 1976, p. 37). Remonta-se, portanto, ao início do último quartel do século XVII a divisão da comunidade carmelita da província de Pernambuco entre aqueles que adotaram o novo estatuto (que tiveram no convento de Goiana sua principal base), e que por isso ficaram conhecidos como carmelitas reformados, e aqueles que mantiveram a observância às antigas regras, como foi o caso dos carmelitas do convento de Olinda.

Em meio aos conflitos entre mazombos e mascates, Cabral de Mello (2003) destacou que a divisão da ordem carmelita entre reformados e os que mantiveram as antigas regras também se refletiu no apoio a parcialidades distintas. Enquanto os membros do convento carmelita de Olinda apoiaram o partido mazombo, os carmelitas da reforma do convento de Goiana apoiaram a parcialidade mascatal, aspecto relevante de ser destacado ao se observar que a sesmaria recebida no ano de 1706 em parceria com João de Barros Braga no riacho dos Porcos corresponde a uma dentre 08 sesmarias recebidas pelos padres do convento da reforma de Goiana na capitania do Siará Grande; sesmarias requeridas mediante pedidos feitos por seus priores entre os anos de 1705 e 1708, todas, portanto, doadas pelos capitães-mores João da Mota e Gabriel da Silva Lago, cujos laços com o partido mascatal já foram previamente apontados.¹⁴

Entre outros parceiros de João de Barros Braga nos pedidos de sesmarias, há também José Rodrigues de Carvalho, que em 1706 requereu terras no rio Banabuiú, e que, conforme George Felix Cabral de Souza (2012, p. 490-492), além de ser membro da comunidade mercantil de Pernambuco, assumiu cargos de oficial na câmara da vila do Recife, de onde foi procurador no ano de 1727 e vereador em 1731. Outro parceiro de João de Barros Braga no pedido de terras na capitania do Siará Grande foi Domingos da Costa de Araújo, também identificado por George de Souza (2012, p. 392-394) como um “homem de negócio” de Pernambuco desde 1695 e vereador da câmara do Recife no ano de 1712.

¹⁴ As sesmarias recebidas pelos padres carmelitas de Goiana na capitania do Siará Grande correspondem a duas sesmarias requeridas pelo Prior Miguel da Assunção e doadas em 1705 pelo capitão-mor João da Mota; e seis sesmarias solicitadas pelo prior Manoel de São Gonçalo, concedidas por Gabriel da Silva Lago entre os anos de 1706 e 1708, dentre as quais se inclui a sesmaria solicitada em parceria com João de Barros Braga. Todas as terras requeridas nestes oito pedidos encontram-se situadas na região da bacia do Jaguaribe, mas amplamente distribuídas por espaços como a ribeira do Banabuiú, o riacho do Sangue, o Riacho dos Porcos, o riacho do Figueiredo e a serra do Apodi, que delimita parte da bacia do Jaguaribe na porção média e baixa do rio. Os dados referentes às sesmarias concedidas aos priores do convento de Goiana encontram-se disponíveis à consulta na plataforma SILB pelas seguintes referências: CE 0046; CE 0056; CE 0105; CE 0142; CE 0207; CE 0216; CE 0243; CE 0311. Ver: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>

Dentre as sesmarias recebidas por João de Barros Braga, destaca-se também o pedido feito como representante de seu falecido filho, Timóteo do Vale, no rio Bonhu no ano de 1707, pedido este que teve como parceiros o sargento-mor João da Costa Monteiro e Estevão de Souza Palhano, parcerias que reforçam, ainda mais, a associação de João de Barros Braga com os interesses da comunidade mascatal do Recife. Acerca de João da Costa Monteiro, ressalta-se que foi uma das figuras de maior destaque da comunidade mercantil do Recife na primeira metade do século XVIII e que fazia parte de um grupo familiar composto por seus irmãos José Mendes da Costa e Luis da Costa Monteiro, que, a partir do Recife, atuou com grande destaque na intermediação entre a exploração do comércio de gado nas regiões dos sertões de fora e o mercado consumidor de couros na Europa.

A importância política e econômica deste grupo familiar reflete-se no acesso que tiveram a postos de destaque da câmara do Recife (onde João da Costa Monteiro foi vereador no ano de 1728 e Luis da Costa Monteiro foi vereador em 1732 e juiz ordinário em 1766) e no controle por eles exercido sobre o contrato dos subsídios da carne de Pernambuco entre os anos de 1731 e 1763, o que indica a forte influência deste grupo familiar na exploração econômica da pecuária regional¹⁵. O início da ação dos Costa Monteiro nos sertões da pecuária pode remontar ao início do século XVIII na capitania do Siará Grande, pois a sesmaria pedida em 1707 em parceria com João de Barros Braga foi a terceira recebida por João da Costa Monteiro na capitania, uma vez que, antes desta concessão, recebera uma sesmaria do riacho Poró, (afluente do rio Banabuiú) no ano de 1703 e outra sesmaria no rio Curu, esta última a ele concedida por Gabriel da Silva Lago em 1706.¹⁶

Entre a concessão das duas sesmarias indicadas, identificamos também que João da Costa Monteiro foi oficial da câmara da vila de São José de Ribamar na capitania do Siará Grande em 1704¹⁷; aspectos que evidenciam que a trajetória de poder deste grupo familiar, cujos membros estabeleceram-se entre a vila do Recife e a cidade de Lisboa, formou-se a partir de uma base fortemente assentada nos sertões da capitania do Siará

¹⁵ Sobre a atuação dos irmãos João da Costa Monteiro, José Mendes da Costa, Luis da Costa Monteiro, ver DIAS, 2017 e os dados sobre eles disponibilizados em: SOUZA, 2012. p.450; p.485-486; p.504-505.

¹⁶ Os dados das duas primeiras sesmarias recebidas por João da Costa Monteiro encontram-se disponíveis na plataforma SILB sob a referência: CE 0128; CE 0136. Ver: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>

¹⁷ A carta que conta com assinatura de João da Costa Monteiro por meio da qual sabemos que exerceu cargo de oficial camarário na capitania do Siará Grande encontra-se em: [ant. 1704, Outubro, 23, São José de Ribamar] REQUERIMENTO do coronel Gregório de Brito Freire ao juiz ordinário do Ceará, [Domingos Pereira da Silva], a pedir alvará de folha e que os escrivães falem de todas as culpas que dele tiverem. Anexo: certidões. AHU-CEARÁ, cx.1, doc. 67. AHU_CU_006, Cx. 1, D. 51.

Grande, base que se amplia na década de 1730 com o pedido de mais 03 sesmarias: a primeira pedida por João da Costa Monteiro e seu irmão Luis da Costa Monteiro, no riacho Salgado no ano de 1732, e dois pedidos feitos por João da Costa Monteiro no ano de 1735, um deles referente a terras no rio Curu, e outro correspondente ao lote de terras concedidas em 1707 a João da Costa e Silva, terras contíguas ao lote que João da Costa Monteiro recebera no pedido feito em parceria com o dito João da Costa e Silva e João de Barros Braga no rio Palhano, denominação que substituiu o antigo nome de origem indígena deste rio “Bonhu” e que faz alusão a outro parceiro de João de Barros Braga na sesmaria pedida pelo coronel no ano de 1707: Estevão de Souza Palhano.

Sesmeiro que foi beneficiado com 05 concessões de sesmaria na capitania do Siará Grande¹⁸, Estevão de Souza Palhano também é identificado por George de Souza como membro da comunidade mercantil do Recife no final do século XVII (SOUZA, 2012, p.410). Conforme análise de seu processo de habilitação como familiar do Santo Ofício, concluído em janeiro de 1695, é possível identificar que este reinol, natural do Peniche, teria se estabelecido na América portuguesa inicialmente na Bahia, onde foi iniciado nas atividades mercantis na colônia. Após um breve retorno a sua vila natal, é que algumas testemunhas indicam que Estevão de Souza Palhano teria se estabelecido em Pernambuco, mudança a qual, conforme as referências no processo de habilitação, entendemos que tenha se dado por volta do final da década de 1680 e início da década de 1690. O estabelecimento de Estevão de Souza Palhano em Pernambuco se deu, assim, à mesma época em que nos é possível identificar o início da atuação de João de Barros Braga na capitania do Siará Grande, cuja ação mais remota na capitania remonta ao apoio por ele prestado no final do século XVII ao padre oratoriano João da Costa no aldeamento dos índios paiacu na região do Jaguaribe, religioso que, conforme destacamos, esteve fortemente vinculado aos interesses do partido mascatal.

Considerando os elementos destacados acerca da trajetória de João de Barros Braga na capitania do Siará Grande e da rede de relações por ele estabelecidas na capitania em meio à conjuntura da Guerra do Açú, entendemos que os interesses mercantis do Recife começam a atuar com maior destaque no espaço de expansão da pecuária, tendo a capitania do Siará Grande como uma importante base de projeção, a

¹⁸ Estevão de Souza Palhano recebeu 05 sesmarias: 01 solicitada em 1700 no rio Bonhu, 03 no ano de 1707 situadas nos rios Bonhu, Banabuiú e Jaguaribe, e 01 no ano de 1733 no riacho da Cruz, todas elas situadas na ribeira do Jaguaribe. Os dados referentes a estas 05 sesmarias encontram-se disponíveis na plataforma SILB sob as referências: CE 0426; CE 0236; CE 0267; CE 0253; CE 0934. Ver: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>

partir do final do século XVII quando a região foco da Guerra do Açu encontrava-se conflagrada por levantes indígenas e a elite mazomba confrontava-se com a introdução no conflito de agentes externos à região por meio da criação do terço dos paulistas por parte do Governo Geral.

Considerações Finais

Em função do pouco destaque conferido pela historiografia à ação dos interesses da comunidade mercantil do Recife em meio à Guerra do Açu e considerando que este processo de conflito se deu em um contexto que em Pernambuco foi fortemente marcado pelo crescente antagonismo e divisões entre mazombos e mascates, objetivamos destacar, ao longo deste artigo, a participação dos interesses da comunidade mercantil do Recife em meio às guerras de conquista dos sertões que foram movidas, entre outros aspectos, pela busca do acesso a terras para a expansão das fronteiras do criatório. Se, conforme o entendimento de Pedro Puntoni, em meio à Guerra do Açu teria se dado uma associação entre mazombos e mascates motivada pela ameaça de um inimigo comum (os paulistas do terço criado pelo Governador Geral), não nos parece, contudo, crível que, diante do contexto de ampla confrontação e crescente antagonismo em Pernambuco entre segmentos vinculados aos interesses da elite açucareira da região e da elite mercantil do Recife ao longo dos últimos anos do século XVII e dos primeiros do XVIII, tenha havido margem para a constituição de uma aliança entre estas duas parciaisidades em meio aos conflitos relacionados às guerras de conquista dos sertões.

Uma análise contextualizada acerca da concessão de sesmarias na capitania do Siará Grande entre o final do século XVII e início do XVIII nos possibilitou a identificação de indícios que nos levam a entender que no início do século XVIII a capitania do Siará Grande tenha se convertido, em meio à Guerra do Açu, em uma importante base de projeção dos interesses mercantis do Recife nos sertões da pecuária. A franca expansão de concessões de terras em sesmarias na capitania do Siará Grande na primeira década do século XVIII por parte de capitães-mores que, diante do contexto de disputas vivenciado em Pernambuco, encontravam-se fortemente associados aos interesses do partido mascatal, corresponde, segundo nosso entendimento, a uma indicação da forte representação e expansão dos interesses mercantis do Recife na capitania do Siará Grande no início do século XVIII, época em que a dimensão estratégica do acesso a terras para o criatório se expande com o surgimento dos

mercados mineiros, já que o comércio de gado das regiões de criatório dos Sertões do Norte com as zonas de mineração correspondeu a uma importante via de acesso ao ouro.

Considerando o poder arregimentado na capitania do Siará Grande pelo coronel João de Barros Braga ao longo da conjuntura das guerras de conquista dos sertões nas primeiras décadas do século XVIII, compreendemos que a observância das redes de relações por ele estabelecidas ao longo do contexto em análise corresponda a uma importante base de referência para o reforço do entendimento acerca da força da expansão e representação dos interesses mercantis do Recife na capitania do Siará Grande no contexto da Guerra do Açú. A identificação de que grande parte das sesmarias recebidas pelo coronel João de Barros Braga se deu por concessão do capitão-mor Gabriel da Silva Lago e o fato de que em meio aos seus parceiros nos pedidos de sesmaria feitos neste período encontra-se um significativo número de sujeitos e grupos que integravam ou encontravam-se associados à comunidade mercantil do Recife levam-nos, assim, a entender que a capitania do Siará Grande (com especial destaque para a região da ribeira do Jaguaribe, onde se concentraram a maior parte das terras concedidas neste período) tenha se convertido entre o final do século XVII e início do XVIII em uma importante base para a projeção dos interesses mascatais do Recife nos “sertões de fora”.

LA EXPANSIÓN DE LOS INTERESES MERCANTILES DE RECIFE (PE – BRASIL) EM LOS “SERTONES DE FUERA”: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA TRAYETORIA DEL CORONEL JOÃO DE BARROS BRAGA EN LA CAPITANÍA DE SIARÁ GRANDE

Resumen: El final del siglo XVII y el principio del siglo XVIII comprenden un momento de gran transformación en la América portuguesa que, en Pernambuco y en las regiones bajo su influencia, fue marcado por guerras relacionadas con el proceso de expansión del ganado y por un fuerte antagonismo regional entre los segmentos asociados a los intereses de la tradicional élite azucarera de Pernambuco y la emergente élite mercantil de Recife. Este artículo tiene por objeto analizar el proceso de conquista de los sertones por el avance del ganado, para tal se utiliza como referencia el conflicto entre la élite azucarera y la élite mercantil de Pernambuco. Con el propósito de comprender el avance de los intereses de la élite mercantil en el proceso de expansión del ganado en la capitanía de Siará Grande, esta discusión se orienta principalmente por las redes de relaciones establecidas a lo largo de este proceso por el coronel João de Barros Braga, figura destacada en la capitanía del Siará Grande en el contexto de las guerras de conquista.

Palabras clave: Elite Mercantil. Ganadería. Capitanía de Siará Grande.

Referências

Documentação

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa):

1710, julho, 10, Recife CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre o envio das relações das caixas [de açúcar] que se venderam por conta dos contratos dos dízimos reais e das não recebidas e, também, do envio da relação do rendimento dos contratos da dita capitania, referente ao tempo do almoxarife Cosme Pereira Façanha. Anexos: 4 docs. AHU_CU_015, Cx. 24, D. 2163

[ant. 1704, Outubro, 23, São José de Ribamar] REQUERIMENTO do coronel Gregório de Brito Freire ao juiz ordinário do Ceará, [Domingos Pereira da Silva], a pedir alvará de folha e que os escrivães falem de todas as culpas que dele tiverem. Anexo: certidões. AHU-CEARÁ, cx.1, doc. 67. AHU_CU_006, Cx. 1, D. 51.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa):

DILIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO DE ESTÊVÃO DE SOUSA PALHANO: ANTT: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Estêvão, mç. 3, doc. 37.

APEC - Arquivo Público do Estado do Ceará (Fortaleza):

“Carta Patente do posto de Capitão da Cavalaria da Ordenança do Distrito da Ribeira do Jaguaribe passada a João de Barros Braga” In: APEC. Coleção Professor Limério Moreira da Rocha, p. 118-119.

“Carta Patente do posto de Coronel passada a João de Barros Braga” In: APEC. Coleção Professor Limério Moreira da Rocha, p. 167-168

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Capitão Mor: nomeações para o governo do Rio Grande (1667-1781). Natal: Flor do Sal, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia, in: Nuno G. F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime, Lisboa, ICS, 2005.

COSTA, F. A. Pereira da. A Ordem Carmelitana em Pernambuco. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

DIAS, Thiago Alves. A família Costa Monteiro, os couros do sertão e as escalas mercantis no séc. XVIII. ESPACIALIDADES, v. 12, pp. 9-10, 2017.

P.

HESPAÑA, António Manuel. Caleidoscópio do Antigo Regime. São Paulo: Alameda, 2012.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo. Siará Grande: Uma Província Portuguesa no Nordeste Oriental do Brasil. Vol. II. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. A Fronda dos Mazombos: Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. Guerra dos Bárbaros: Resistência Indígena e conflitos no Nordeste Colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos Santos. Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750. 2010. 433f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SILVA, Rafael Ricarte da. FORMAÇÃO DA ELITE COLONIAL DOS SERTÕES DE MOMBACA: TERRA, FAMÍLIA E PODER (SÉCULO XVIII). 2010, 188f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2010.

_____. A Capitania do Siará Grande nas dinâmicas do Império Português: Política sesmarial, Guerra Justa e formação de uma elite conquistadora. 2016. 264f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará.

SOUZA, George F. Cabral de. Tratos & Mofatras. O grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 410.

_____. Cabral de. Elites e exercício de Poder no Brasil Colonial: A câmara municipal do Recife, 1710-1822. Recife: Editora UFPE, 2015.

SOBRE O AUTOR

Gabriel Parente Nogueira é doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Recebido em 27/10/2019

Aceito em 06/02/2020